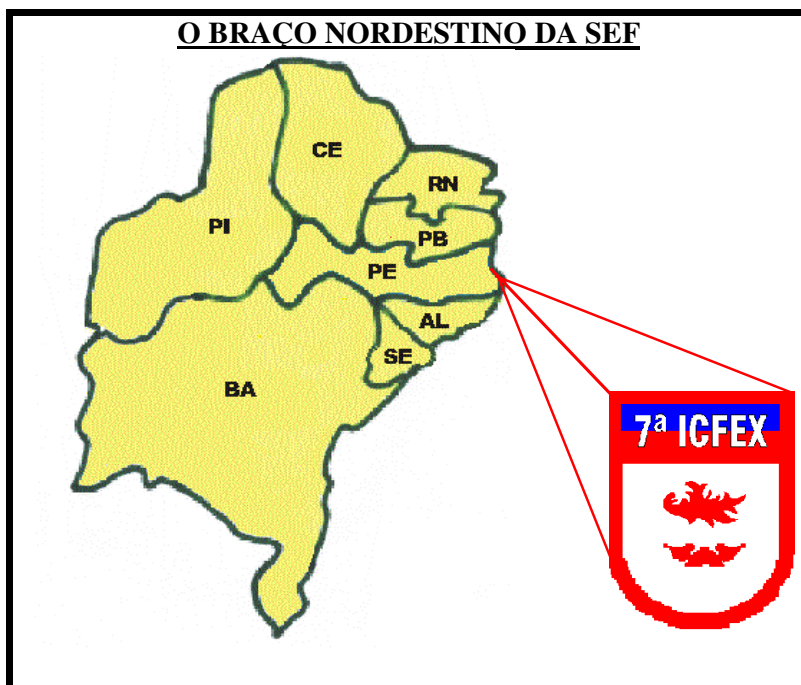




**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO
(Sv Fundos Reg 7ª RM/1934)**



**BOLETIM INFORMATIVO Nr 06
(30 DE JUNHO DE 2009)**

FALE COM A 7ª ICFEx

Correio Eletrônico: 7icfex@eb.mil.br
7icfex-chsecaptec@eb.mil.br
Página Internet: <http://www.7icfex.eb.mil.br>
Telefones: Fixo – (0 XX 81) 3423-7500
RITEX – 870-7180



ÍNDICE

ASSUNTO	PÁGINA
1ª Parte – CONFORMIDADE CONTÁBIL	
Registro aa Conformidade Contábil Mensal – “Maio/2009” – Com Restrição	2
2ª Parte – INFORMAÇÕES SOBRE APROVAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS ANUAIS	
1. Tomadas de Contas Anual	2
a. <u>Regulares</u>	2
- Arquivamento e Destruição de Documentos Contábeis e Financeiros – Orientação.	2
b. <u>Irregulares</u>	2
2. Tomadas de Contas Especial	2
3ª Parte – ORIENTAÇÕES TÉCNICAS	
1. Modificação de Rotinas de Trabalho	3
a. <u>Execução Orçamentária</u>	3
- Solicitações de Crédito sem sub-repasse – MSG SIAFI 2009/0376496, de 01 Abr 09, da DGO.	3
b. <u>Execução Financeira</u>	3
1) Vencimentos de Faturas – MSG SIAFI 2009/ 0476039, de 28 Abr 09, da SGS/SGO.	3
2) Suprimento de Fundos – Nota de Empenho – MSG SIAFI 2009/0536991, DE 13/05/09/STN/CCONT.	4
3) Seguro Obrigatório de Viaturas – MSG SIAFI 2009/0571629, de 21/Mai/09, da SEF.	4
c. <u>Execução Contábil</u>	4
1) Contas Contábeis	4
a) Ajuste de Controle de Arrecadação – NL Portal MSG SIAFI 2009/0416640, de 13 Abr 09, da CCONT.	4
b) Manual de Regularização Contábeis – O assunto em epígrafe encontra-se publicado no Anexo “D”.	5
2) Patrimônio	5
3) Custos	5
d. <u>Execução de Licitações e Contratos</u>	5
1) Publicação de Resultados de Licitações no DOU – MSG SIAFI 2009/0265169, de 05/Mar/09, da A/2, SEF.	5
2) Publicação de Resultados de Licitações no DOU – ERRATA - MSG SIAFI 2009/0684487, de 05/Mar/09, da A/2, SEF.	6
e. <u>Pessoal</u>	6
1) Declaração da Relação Anual de Informação Social – RAIS	6
2) Declaração de RAIS Negativa	7
3) Adicional de habilitação – Ofício nº 195-Asse Jur – 09 (A/1/SEF) – CIRCULAR, 28 MAI 09.	8
4) Manual do Usuário Nº 4 – Procedimentos em caso de Cessação de Direitos	8
f. <u>Controle Interno</u>	9
- Curso de Formação de Pregoeiros – Capacitação de Militares	9
g. <u>Visita de Auditoria</u>	10
h. <u>Convênios</u>	10
2. Recomendações sobre Prazos	10
3. Soluções de Consultas	10
a. Adicional de Habilitação	10
b. Auxílio Alimentação	11
c. Retenção de encargos sociais	11
4. Atualização da Legislação, das Normas, dos Sistemas Corporativos e das Orientações para as UG	14
a. <u>Legislação e Atos Normativos</u>	14
b. <u>Orientações aos Agentes da Administração</u>	15
c. Mensagens Comunica SIAFI	16
4ª Parte – ASSUNTOS GERAIS	
1. Aniversário de Organizações Militares (OM)	17
2. Informações do tipo “Você Sabia ...?”	17
- ANEXO “A” – Ajuda de Custo ou Diária – Definição de Casos – Uniformização de Tese	20
- ANEXO “B” – Transcrição da MSG SIAFI 2009/0537719 – de 13 MAI 09, do DGP	22
- ANEXO “C” – Julgados do TCU de maior interesse para as UG, publicado em Maio de 2009.	23
- ANEXO “D” – Transcrição da MSG SIAFI 2009/0672973 – de 15 JUN 09, da SEF	26



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO
(Sv Fundos Reg 7ª RM/1934)

1ª Parte – CONFORMIDADE CONTÁBIL

Registro da Conformidade Contábil Mensal – “MAIO/2009”

Em cumprimento às disposições da Coordenação-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional (CCONT/STN), que regulam os prazos, os procedimentos, as atribuições e as responsabilidades para a realização da conformidade contábil das Unidades Gestoras (UG) vinculadas, esta Inspeção registrou, no SIAFI, a conformidade contábil para certificar os registros contábeis efetuados em função da entrada de dados no Sistema, no mês de **MAIO/2009**.

- Encontra-se com **COM RESTRICÇÃO** a seguinte UG

CÓDIGO DA UG	NOME DA UG
160343	7º B E Cmb

2ª Parte – INFORMAÇÕES SOBRE APROVAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS

1. Tomadas de Conta Anual

a. Regulares

Arquivamento e Destruição de Documentos Contábeis e Financeiros - Orientação

- Esta Inspeção lembra que o dia em que foi realizada a Sessão do TCU corresponde à data de início da contagem do prazo de **05(cinco)** anos para arquivamento da documentação contábil e financeira relativa àquele exercício, conforme prevê o art. 2º das Normas para Arquivamento e Destruição de Documentos Contábeis e Financeiros – **Portaria no 011/SEF, de 17, Out 95**. Esta Portaria prevê, ainda, que *a documentação correspondente aos comprovantes de recolhimento de encargos sociais (INSS, FGTS etc) não poderá ser destruída, devendo ser arquivada em pastas próprias, com vistas a garantir a necessária comprovação futura dos recolhimentos efetuados e a resguardar os interesses dos respectivos contribuintes e do Comando do Exército.*

b. Irregulares

- Nada a considerar

2. Tomadas de Contas Especial

- Nada a considerar

3ª Parte – ORIENTAÇÕES TÉCNICAS**1. Modificações de Rotinas de Trabalho****a. Execução Orçamentária****- Solicitações de Crédito sem sub-repasse****Msg SIAFI nº 2009/0376496, de 01 Abr 09, da DGO**

DO SUBDIRETOR DA DGO
AO SR ORDENADORES DE DESPESAS

1. INCUMBIU-ME O SR DIRETOR DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DE INFORMAR A ESSE OD QUE, CONFORME ORIENTAÇÕES CONTIDAS NO SÍLIO [HTTP://WWW.DGO.EB.MIL.BR/SECOES/SGFEX/SGFEX.HTML](http://www.dgo.eb.mil.br/secoes/sgfex/sgfex.html), EM TODAS AS SOLICITAÇÕES DE CRÉDITO SEM SUB-REPASSE (FONTE PAR) DEVERÁ CONSTAR A FONTE DE RECURSOS, A NATUREZA DE DESPESA, O VALOR E A FINALIDADE DO CRÉDITO, A FIM DE PERMITIR A ANÁLISE E POSSÍVEL ATENDIMENTO POR ESTA DIRETORIA, SENDO QUE O VALOR SOLICITADO DEVERÁ SER COMPATÍVEL COM A RECEITA ARRECADADA E CADA SOLICITAÇÃO DEVERÁ CONTER APENAS UMA ÚNICA FONTE DE RECURSOS.

2. INFORMO-VOS, AINDA, QUE É PROIBIDO REALIZAR, POR MEIO DA TRANSAÇÃO "DETAORC", O DETALHAMENTO OU ALTERAÇÃO DO DETALHAMENTO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS NA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA FUNDO DO EXÉRCITO (UG 167086). QUALQUER ALTERAÇÃO DO DETALHAMENTO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS DEVERÁ SER SOLICITADA AO FUNDO DO EXÉRCITO. CASO HAJA CRÉDITOS DETALHADOS POR ESTA UG, ESTES DEVERÃO SER ALTERADOS EM CONFORMIDADE COM A NOTA DE CRÉDITO RECEBIDA

3. RESSALTO, AINDA, A ESSE OD, QUE É PROIBIDA A EMISSÃO DE PRÉ-EMPENHO DE CRÉDITOS RECEBIDOS DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA FUNDO DO EXÉRCITO (UG 167086) E QUE O PRAZO PARA A EMISSÃO DO EMPENHO, APÓS O RECEBIMENTO DA NOTA DE CRÉDITO, É DE 30 (TRINTA) DIAS.

BRASÍLIA, 31 DE MARÇO DE 2009

FRANDUYA RODRIGUES FERNANDES PASTANA – CEL
RESP SUBDIRETOR DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

b. Execução Financeira**1) Vencimento de faturas – SGS/SGO****Msg SIAFI nº 2009/0476039, de 28 Abr 09**

DO SUBDIRETOR DA DGO
AO SR ORDENADORES DE DESPESAS

1. ESTA DIRETORIA RECEBEU, NA PRIMEIRA QUINZENA DE ABRIL, DIVERSAS CONSULTAS SOBRE A POSSIBILIDADE DE ANTECIPAÇÃO DA DESCENTRALIZAÇÃO DA PARCELA DO CRÉDITO DO REFERIDO MÊS, EM RAZÃO DO VENCIMENTO DA FATURA DA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS SER ANTERIOR AO DIA 15 DO MESMO MÊS.

2. SOBRE ESSE ASSUNTO, ESTA DIRETORIA ESCLARECE QUE A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE UM MÊS ENCERRARAM-SE NO FINAL DO REFERIDO MÊS, OU SEJA, AS FATURAS DE ABRIL NÃO DEVEM TER SEU VENCIMENTO NA PRIMEIRA QUINZENA, TENDO EM VISTA QUE O SERVIÇO AINDA NÃO FOI PRESTADO.

3. EM CONSEQUÊNCIA, SOLICITO AOS SRS OD QUE REALIZEM GESTÕES JUNTO ÀS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS PARA QUE AS FATURAS SEJAM EMITIDAS SOMENTE APÓS A REAL EFETIVAÇÃO DOS SERVIÇOS, OU SEJA, O DIA 30 DE CADA MÊS OU DATA PRÓXIMA.

BRASÍLIA, DF, 28 DE ABRIL DE 2009
GEN DIV CARLOS HENRIQUE CARVALHO PRIMO
DIRETOR DA DGO

2) Suprimento de Fundos - Nota de Empenho - Transcrição**Msg SIAFI: 2009/0536991, de 13/05/09, da Coordenação Geral de Contabilidade**

ASSUNTO: SUPRIMENTO DE FUNDOS - NOTA DE EMPENHO

TEXTO: SRS USUÁRIOS

ALERTAMOS QUE AS NOTAS DE EMPENHO RELATIVAS A SUPRIMENTO DE FUNDOS DEVEM SER EMITIDAS NA MODALIDADE DE LICITAÇÃO 09-SUPRIMENTO DE FUNDOS, NO SENTIDO DE QUE O SISTEMA REFLITA ADEQUADAMENTE O MONTANTE DA DESPESA REALIZADA POR ESSE INSTRUMENTO.

RESSALTAMOS QUE EMISSÃO DE EMPENHO EM MODALIDADE INDEVIDA FOI MOTIVO DE CITAÇÃO NO ACÓRDÃO Nº 1276/2008-TCU, ITEM 9.6.

ATENCIOSAMENTE,
STN/CCONT

3) Seguro Obrigatório de Viaturas - Transcrição**Mensagem: 2009/0571629, de 21/05/09, da SEF**

DO: DIRETOR DE CONTABILIDADE

AO: SRS ORDENADORES DE DESPESAS

1. VERSA A PRESENTE MSG SOBRE SEGURO OBRIGATÓRIO DE VIATURAS.
2. VERIFICOU-SE QUE ALGUMAS UNIDADES, PARTICULARMENTE AS LOCALIZADAS NOS ESTADOS DO PA, GO E AM ESTÃO ENFRENTANDO PROBLEMAS COM O PAGAMENTO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE VIATURAS ATRAVÉS DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO OBRIGATÓRIO LTDA.
3. DEVIDO AO FATO CITADO NO ITEM ANTERIOR SER REGIONALIZADO, AS UG QUE ESTIVEREM ENFRENTANDO A REFERIDA DIFICULDADE, DEVERÃO EMITIR O BOLETO BANCÁRIO DO SEGURO OBRIGATÓRIO NA PRÓPRIA AGÊNCIA REGIONAL DO DETRAN OU VIA SÍTIO REGIONAL DO DETRAN. O EMPENHO DEVERÁ SER EM FAVOR DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT LTDA E A ORDEM BANCÁRIA TIPO 13, DE BANCO, COM O CÓDIGO DE BARRA DO BOLETO EMITIDO VIA DETRAN REGIONAL.
4. NOS DEMAIS CASOS PERMANECEM EM VIGOR AS ORIENTAÇÕES DESTA DIRETORIA.
5. SOLICITO AS ICFEX QUE ORIENTEM E ACOMPANHEM A EXECUÇÃO DESSES PROCEDIMENTOS PELAS SUAS UG VINCULADAS.

BRASÍLIA, DF, 21 DE MAIO DE 2009

GEN BDA PAULO CESAR SOUZA DE MIRANDA
DIRETOR DE CONTABILIDADE

Em consequência, os OD e os agentes da administração das UG vinculadas a esta ICFEx, tomem conhecimento e as providências julgadas cabíveis.

c. Execução Contábil**1) Contas Contábeis****a) Ajuste de Controle de Arrecadação – NL Portal – Equação 144****Msg SIAFI nº 2009/0416640, de 13 Abr 09, da CCONT**

A COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTABILIDADE-CCONT, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL-STN, INFORMA A TODAS AS UG QUE EXECUTARAM AJUSTES DE SALDOS DA CONTA 418000000 – RECEITAS A CLASSIFICAR, QUE O LANÇAMENTO EXECUTADO COM O EVENTO 80.0.400 NECESSITA SER COMPLETADO POR MEIO DE NOTA DE LANÇAMENTO COM O EVENTO 54.0.292 PARA EVITAR RESTRIÇÕES FUTURAS COM A EQUAÇÃO 144.

ATENCIOSAMENTE
GEAAC/CCONT/STN

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

b) Manual de Regularizações Contábeis – A/2 SEF

- O assunto em epígrafe encontra-se transcrito no Anexo “D” ao presente BINFO.

2) Patrimônio

- Nada a considerar

3) Custos

- Nada a considerar

d. Execução de Licitações e Contratos**1) Publicação de Resultados de Licitação no DOU – A/2
MSG SIAFI 2009/0265169, de 05/MAR/09, da SEF.**

DO SR SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS
AOS SRS CHEFES DE ICFEX
REF: OF NR 069-A/2-CIRCULAR, DE 09 JUL 08, DESTINADO ÀS ICFEX.

1. TENDO EM VISTA RACIONALIZAR E PADRONIZAR AS PUBLICAÇÕES DE RESULTADOS DE LICITAÇÕES NO DOU, INCLUSIVE VISANDO MINIMIZAR OS CUSTOS CORRESPONDENTES, A SEF, POR MEIO DO DOCUMENTO DA REFERÊNCIA, ORIENTOU TODAS AS UG, POR INTERMÉDIO DAS ICFEX, SOBRE O ASSUNTO.

2. ENTRETANTO, EM ALGUNS CASOS A IMPRENSA NACIONAL TEM SE RECUSADO A FAZER A SOLICITADA PUBLICAÇÃO, ARGUMENTANDO INSUFICIÊNCIA DOS DADOS PREVISTOS NAS NORMAS EM VIGOR, PARTICULARMENTE EM LICITAÇÕES REALIZADAS POR MEIO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (PREGÃO E CONCORRÊNCIA).

3. DO EXPOSTO, RECOMENDO ÀS UG QUE AO REMETEREM OS RESULTADOS DE LICITAÇÃO PARA SEREM PUBLICADOS NO DOU, CONSIGNEM, NO MÍNIMO, AS INFORMAÇÕES A SEGUIR:

"- LICITAÇÃO - PREGÃO OU CONCORRÊNCIA, NÚMERO E ANO, EXEMPLO: (PREGÃO Nº 001/2009);
- NOME DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S), INDICANDO OS ITENS GANHOS, EXEMPLO: (ITENS 01 A 05, 07, 08 A 16, ETC) E VALOR TOTAL DOS ITENS, CONFORME RESULTADO DA LICITAÇÃO - SRP;
- NOME E POSTO/GRADUAÇÃO DO PREGOEIRO."

4. EM CONSEQUÊNCIA, TORNO SEM EFEITO A ORIENTAÇÃO CONTIDA NA LETRA C. DO DOCUMENTO DA REFERÊNCIA.

5. AS ICFEX DEVERÃO PUBLICAR AS PRESENTES ORIENTAÇÕES NO SEU PRÓXIMO BOLETIM INFORMATIVO.

BRASÍLIA - DF, 05 DE MARÇO DE 2009
GEN DIV MARCIO ROSENDO DE MELO
SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

**2) Publicação de Resultados de Licitação no DOU – ERRATA
MSG SIAFI 2009/0684487, de 17/JUN/09, da SEF.**

DO: CHEFE DA ASSESSORIA 2/SEF

AOS: SENHORES CHEFES DE ICFEx

ASSUNTO: **ERRATA:** RETIFICAÇÃO DA MSG SIAFI 2009/0265169 (PUBLICAÇÃO DE RESULTADOS DE LICITAÇÃO NO DOU).

1. INCUMBIU-ME O SR SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS DE RETIFICAR A MENSAGEM SIAFI 2009/0265169, DE 05 MAR 2009, QUE PASSA A VIGORAR COM O SEGUINTE TEOR:

3.

ONDE SE LÊ: "NOME E POSTO/GRADUAÇÃO DO PREGOEIRO".

LEIA-SE: "NOME E POSTO DO RESPONSÁVEL PELA UG
(ORDENADOR DE DESPESAS - OD)".

2. EM CONSEQUÊNCIA AS ICFEX DEVEM DIVULGAR ESTA CORREÇÃO EM SEUS BOLETINS INFORMATIVOS.

BRASÍLIA - DF, 17 DE JUNHO DE 2009.

WILLIAMS CARVALHO PESSÔA - CEL R/1
CHEFE DA ASSESSORIA 2/SEF

(OBS: ESTA MSG SUBSTITUI A MSG SIAFI 2009/0683685, DESTA DATA).

e. Pessoal

**1) Declaração da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS - Transcrição
Mensagem: 2009/0513767, de 07/05/09, da SEF**

DO: DIRETOR DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

AO: SR ORDENADOR DE DESPESA

MSG Nº 015-SSEÇ PLJ COOR/SGS, DE 07 MAI 2009.

1. ESTA DIRETORIA INFORMA A TODOS OS ORDENADORES DE DESPESAS QUE AS UG QUE POSSUEM CNPJ PRÓPRIO (MATRIZ E FILIAL) DESVINCULADO DO CNPJ MATRIZ DO GABINETE DO COMANDANTE DO EXÉRCITO (GAB CMT EX) ESTÃO OBRIGADAS, CONFORME DETERMINA O DECRETO Nº 76.900, DE 23 DEZ 1975 E A PORTARIA Nº 1.207, DE 31 DEZ 2008, DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, A APRESENTAR A DECLARAÇÃO DA RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS – RAIS.

2. EM CONSEQUÊNCIA, INFORMO-VOS QUE PARA O PREENCHIMENTO DA REFERIDA DECLARAÇÃO DEVERÃO SER OBSERVADAS AS SEGUINTE ORIENTAÇÕES:

A) O CENTRO DE PAGAMENTO DO EXÉRCITO (CPEX) CONTINUARÁ A APRESENTAR A RAIS RELATIVA A TODO O EFETIVO DO COMANDO DO EXÉRCITO (CMDO EX), CONSIDERANDO QUE OS MILITARES E SERVIDORES CIVIS ESTÃO VINCULADOS AO CNPJ MATRIZ DO GAB CMT EX;

B) TODAS AS UG POSSUIDORAS DE CNPJ PRÓPRIO (MATRIZ E FILIAL) DEVERÃO APRESENTAR A RAIS NEGATIVA PARA AMBOS OS CNPJ, TENDO EM VISTA QUE OS MILITARES E SERVIDORES CIVIS NÃO ESTÃO VINCULADOS AO CNPJ DA UG, MAS AO DA MATRIZ GABINETE;

C) NA HIPÓTESE DE A UG HAVER CONTRATADO PESSOAL CIVIL DIRETAMENTE (POR EXEMPLO, COM CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, REGIDO PELA LEI Nº 8.745, DE 09 DEZ 1993), ESTA DEVERÁ APRESENTAR ANUALMENTE A RAIS NORMAL;

D) AS UG QUE TIVERAM O CNPJ FILIAL DO CMDO EX BAIXADO NO ANO DE 2008, JÁ FORAM INCLUÍDAS NA RAIS, ANO-BASE 2008, PELO CPEX, CONSTANDO ESTA INFORMAÇÃO, BEM COMO TIVERAM OS NOVOS CNPJ JÁ INFORMADOS NO REFERIDO DOCUMENTO;

E) AS UG QUE TIVERAM OU TERÃO O CNPJ BAIXADO NESTE ANO (2009), DEVERÃO APRESENTAR A DECLARAÇÃO DE RAIS NEGATIVA SOMENTE A PARTIR DO PRÓXIMO ANO (2010).

3. OUTROSSIM, INFORMO-VOS QUE AS UG DEVERÃO AGUARDAR ORIENTAÇÕES DO CPEX ACERCA DO PREENCHIMENTO DA DECLARAÇÃO DA RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS.

4. EM CASO DE DÚVIDAS QUANTO AOS PROCEDIMENTOS ORA INFORMADOS, SOLICITO-VOS CONTACTAR A SEÇÃO DE GESTÃO SETORIAL DA DGO, NOS TELEFONES RITEX 850 OU (61) 3317-3051 E 3061.

BRASÍLIA-DF, 07 MAI 2009.

GEN DIV CARLOS HENRIQUE CARVALHO PRIMO
DIRETOR DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

2) Declaração de RAIS Negativa - Transcrição
Mensagem: 2009/0530675, de 12/05/09, da SEF

DO CHEFE DO CPEX

AOS ORDENADORES DE DESPESAS

REFERÊNCIA: MSG Nº 015-SSEÇ PLJ COOR/SGS, DE 07 MAIO 09, DA DGO

MSG Nº 004-S5, DE 12 MAIO DE 2009

1. VERSA O PRESENTE EXPEDIENTE SOBRE ORIENTAÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DA RAIS NEGATIVA.

2. OBJETIVANDO A UNIFICAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS RELATIVOS A DECLARAÇÃO DA RAIS NEGATIVA PELAS ORGANIZAÇÕES MILITARES, DEVERÃO SER SEGUIDOS OS PASSOS ABAIXO:

- A. ACESSAR O ENDEREÇO [HTTP://WWW.RAIS.GOV.BR/RAIS_SITIO/NEGATIVA.ASP](http://WWW.RAIS.GOV.BR/RAIS_SITIO/NEGATIVA.ASP);
- B. PREENCHER O FORMULÁRIO DA RAIS NEGATIVA CONFORME ABAIXO:
 - ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES: DEIXAR EM BRANCO;
 - DECLARAÇÃO RETIFICADORA? NÃO;
 - EXERCEU ATIVIDADES DURANTE ANO-BASE: SIM;
 - CNPJ: INFORMAR O CNPJ DA OM (QUE FOI NOTIFICADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO COMO OMISSO DA RAIS 2008);
 - RAZÃO SOCIAL: NOME DA ORGANIZAÇÃO MILITAR;
 - ATIVIDADE ECONÔMICA: 84-ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL;
 - DIVISÃO E ATIVIDADE: 8422100 – DEFESA;
 - NATUREZA JURÍDICA: ÓRGÃO PÚBLICO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL;
 - NÚMERO DE PROPRIETÁRIOS: DEIXAR EM BRANCO;
 - PORTE DO ESTABELECIMENTO: OUTROS;
 - OPTANTE PELO SIMPLES: NÃO;
 - ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO: PREENCHER OS CAMPOS OBRIGATÓRIOS;
 - INFORMAÇÕES SINDICAIS PATRONAIS: NÃO PREENCHER;
 - CPF DO RESPONSÁVEL PELA DECLARAÇÃO: CPF DO ORDENADOR DE DESPESAS; E
 - NOME DO RESPONSÁVEL PELA DECLARAÇÃO: NOME DO ORDENADOR DE DESPESAS.

C. NO CASO DE DÚVIDAS, DEVERÁ SER CONTATADO O CPEX PELO TELEFONE: (61) 3317-3493 OU (61) 3317-3598.

Brasília, DF, 12 de maio de 2009.

Gen Bda - JOSÉ ORLANDO RIBEIRO CARDOSO
Ch CPEX

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

3) Adicional de habilitação

Em virtude das freqüentes questões remetidas àquela Secretaria, acerca do termo em epígrafe, o Subsecretário de Economia e Finanças expediu o ofício abaixo transcrito:

**“MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(Contadoria Geral/1841)**

Of nº 195 – Asse Jur – 09 (A1/SEF) – CIRCULAR, Brasília, 28 de maio de 2009, Do Subsecretário de Economia e Finanças, **Ao** Sr Chefe da 7ª ICFEx, **Assunto:** adicional de habilitação.

1. Versa o presente expediente sobre adicional de habilitação.
2. Em virtude das freqüentes questões remetidas a esta Secretaria, acerca do tema em epígrafe, em especial devido à falta de regulamentação apropriada, houve por bem ser consultado o Gabinete do Comandante do Exército.
3. Aquele Alto Órgão, reconhecendo tal omissão administrativa, apontou que, por ora, deve ser mantido o entendimento proporcionado pela **Portaria Ministerial nº 181, de 26 mar 1.999**, até que norma específica passe a regular a matéria.
4. Isso posto, remeto o presente expediente a essa Chefia, para conhecimento, visando à orientação das Unidades Gestoras vinculadas.

Gen Div MARCIO ROSENDO DE MELO
Subsecretário de Economia e Finanças

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

4) Manual do Usuário Nº 4 - Procedimentos em caso de Cessação de Direitos - Transcrição
Mensagem: 2009/0513233, de 07/05/09, da SEF

Do Chefe do CPEx
Aos Ordenadores de Despesas

1. Versa o presente expediente sobre divulgação do Manual do Usuário nº 4 - procedimentos em caso de cessação de direitos.
2. Objetivando a unificação e a padronização de procedimentos relativos a cessação de direitos de militares na atividade, militares na inatividade e pensionistas militares, informo-vos que está em vigor o Manual do Usuário nº 4 (procedimentos em caso de cessação de direitos) a contar do dia 30 de abril de 2009, em consequência cabe observar:
 - a. o Manual do Usuário nº 4 está disponível na intranet do CPEx no endereço: http://cpex-intranet.eb.mil.br/leg_manuais.shtm;
 - b. ficam revogadas as seguintes Notas Informativas:
 - NI Nr 339/CPEx, de 30 Jul 08; - NI Nr 333/CPEx, de 03 Ago 06; - NI Nr 326/CPEx, de 31 Ago 04;
 - NI Nr 320/CPEx, de 28 Ago 01; - NI Nr 322/CPEx, de 08 Out 01; - NI Nr 292/CPEx, de 18 Nov 99.

Brasília, DF, 06 de maio de 2009.

Gen Bda - JOSE ORLANDO RIBEIRO CARDOSO
Ch CPEx

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

f. Controle Interno**- Curso de Formação de Pregoeiro – Capacitação de Militares**

Esta Inspetoria, em cumprimento ao que prescreve o inciso II, do Art 3º, da Port nº 064 – SEF, de 3 de novembro de 2005 (alterada pela **Port nº 015** – SEF, de 20 fev 09), atesta que, os militares a seguir relacionados, estão capacitados a exercer a função de pregoeiro, no âmbito do Comando do Exército, por terem frequentado integralmente o **Curso de Formação de Pregoeiro**, por esta Inspetoria e realizado no Auditório do 7º Depósito de Suprimento (7º D Sup), no período de 02 a 04 jun 09, a saber:

ORD	POSTO/ GRAD	MILITAR NOME COMPLETO	UG
01	2º TEN	JOELMIR JOSÉ DA SILVA	10ª Cia E Cmb
02	3º SGT	ANDERSON DE LIMA GALINDO	
03	3º SGT	HEBER BRASIL DA SILVA	
04	CAP	ANDRÉ FERREIRA GONÇALVES	
05	CAP	ALEXSANDRO MOURA LIMA	35º BI
06	ASP OF	DANIEL GONÇALVES ALMEIDA LIMA	
07	1º TEN	JOSÉ ERMÍCIO SOARES VIEIRA	1ª Cia Inf
08	1º TEN	CAIO DE FIGUEIREDO GUSMÃO	
09	2º SGT	HELDER JAMES SANTOS DA CRUZ	
10	CAP	GUSTAVO ARAÚJO DELGADO	6º D Sup
11	T CEL	ERASMO DE ALBUQUERQUE SOUZA FILHO	40º BI
12	1º TEN	BRUNO PAULA GOMES	
13	2º SGT	EDILIO NERES DA SILVA	H Gu JP
14	2º TEN	DIHEL GLAUCO GOUVEIA DINIZ	
15	2º TEN	IGOR JALFIM MARQUES	71º BI Mtz
16	1º TEN	LAURIMAR DE OLIVEIRA CABRAL	3ª DL
17	S TEN	JOSÉ EUDES DA SILVA	
18	3º SGT	EMANUEL BRUNO DE OLIVEIRA SOARES	
19	2º SGT	JOSIMAR TORRE GONZAGA	4º B P E
20	CAP	LUCIANO ANDERSON RIBEIRO DE ANDRADE	14º B Log
21	S TEN	DORGIVAL MIRANDA SILVA	
22	3º SGT	WHEDNEY JONATHAN ALVES ROCHA	21ª CSM
23	T CEL	JORGE MARQUES MACHADO	
24	1º TEN	FERNANDA MAGALHÃES DE SÁ	Cmdo 7ª RM/7ª DE
25	2º TEN	ABRAÃO ARMIDO GOMES DA SILVA	
26	3º SGT	DIOGO VINÍCIUS MARTINS DA CRUZ	H Ge R
27	3º SGT	JAQUELINE SANTOS DE LIMA BRITO	
28	3º SGT	STEWART ALMEIDA SANTOS	CPOR/R
29	2º SGT	AUGUSTO CESAR TAVARES CARDOSO	
30	1º TEN	FERNANDO ANTÔNIO TEIXEIRA LEÃO	17º GAC
31	2º SGT	PAULO ROBERTO SANTOS DONASCIMENTO	
32	2º SGT	ANTONIO LUIZ ALVES DA SILVA	
33	1º TEN	HEBERT CARLOS SANTOS PEREIRA	28º BC
34	CAP	JORGE DA SILVA FILHO	EsAEx
35	1º TEN	BRUNO WOELLNER DE SOUZA	
36	2º SGT	ALEXANDRE DA SILVA VIEIRA	
37	1º SGT	VANDENIR ALBUQUERQUE SILVA	51º CT
38	2º SGT	MARCELO CERQUEIRA E SILVA	CIA PE/6ª RM
39	CAP	WASHINGTON VASCONCELOS SANTANA	Cmdo 6ª RM
40	STENR1	NIVALDO SABINO DOS SANTOS	7ª ICFEx
41	3º SGT	EMERSON DEIVIDE BATISTA	CMNE
42	Asp Of	GIMAR BEZERRA DE ASSIS	7ª D Sup
43	Asp Of	ANDRÉ MIGUEL DOS SANTOS	7ª D Sup
44	Asp Of	BRUNO PIMENTEL FERNANDES	7ª D Sup
45	Asp Of	DIEGO BARROS DE OLIVEIRA	7ª D Sup
46	Asp Of	DIOGO JOSE VIDAL DE LIMA	7ª D Sup
47	Asp Of	LUCAS DA CRUZ GOUVEIA DE LIMA	7ª D Sup
48	Asp Of	ALAN SALES VIDAL DAMASCENO	7ª D Sup
49	Asp Of	TÚLIO BARBOSA DE FARIAS BRITO	7ª D Sup
50	Asp Of	RODRIGO ANDRADE NOVAES DA SILVA	7ª D Sup
51	Asp Of	CAIO RICARDO DE VASCONCELOS CAVALCANTI	7ª D Sup
52	Asp Of	EMANUEL TAVARES RAMOS	7ª D Sup
53	Asp Of	ARTHUR SANTOS DE OLIVEIRA	7ª D Sup
54	Asp Of	AUGUSTO FLÁVIO SOUZA LEÃO MUNIZ	7ª D Sup

ORD	POSTO/ GRAD	MILITAR NOME COMPLETO	UG
55	Asp Of	RODRIGO DE ALBUQUERQUE CARNEIRO LEÃO	7ª D Sup
56	Asp Of	DIEGO HENRIQUE BEZERRA ALVES	7ª D Sup
57	Asp Of	RENATO GOMES DE SÁ LEITÃO	7ª D Sup
58	Asp Of	MOISÉS CÂNDIDO DA SILVA JR	7ª D Sup
59	Asp Of	EMERSON DE ARAÚJO BELTRÃO	7ª D Sup
60	1º Ten	MARCIO AMADOR KRAUSE	7ª D Sup
61	S Ten	JADER HENRIQUE J. CORONEL	7ª D Sup
62	SC	MARIA DE FÁTIMA PERROSA NASCIMENTO	7ª D Sup
63	3º Sgt	EDSON FIRMINO DA SILVA FILHO	7ª D Sup

Em consequência, os OD e demais Agentes da Administração, das UG que tiveram militares participando do referido curso, tomem conhecimento e as providências julgadas cabíveis.

g. Visita de Auditoria

- Serão realizadas por esta Inspeção, as Visitas de Orientação previstas no Plano Anual de Atividades de Auditoria, para o ano de 2009 (PAAA/2009), conforme o quadro abaixo:

UG	GUARNIÇÃO	PERÍODO
Comdo 1º Gpt E, H Gu JP e 15º BI Mtz	JOÃO PESSOA/PB	28 Jun a 03 Jul
H Ge R	RECIFE/PE	07 a 09 Jul
Comdo 7ª RM/7ª DE	RECIFE/PE	13 a 15 Jul
CPOR/R	RECIFE/PE	14 e 15 Jul
59º BI Mtz e 20ª CSM	MACEIÓ/AL	20 a 24 Jul
Pq R Mnt/6, 4ª Cia Gd e 19º BC	SALVADOR/BA	26 a 31 Jul
7º D Sup	RECIFE/PE	04 a 06 Ago
Comdo 10ª Bda Inf Mtz	RECIFE/PE	10 e 11 Ago
7ª Cia Com	RECIFE/PE	12 Ago
CMR	RECIFE/PE	12 e 13 Ago
28º BC e 19ª CSM	ARACAJU/SE	13 a 18 Set
10ª Cia E Cmb, 71º BI Mtz e 1ª Cia Inf	BELOJARDIM/PE, GARANHUNS/PE E PAULO AFONSO/BA	20 a 25 Set
EsAEx e 35º BI	SALVADOR/BA E FEIRA DE SANTANA/BA	04 a 09 Out
3ª DL	OLINDA/PE	20 e 21 Out
Comdo CMNE	RECIFE/PE	27 e 28 Out
14º B Log	RECIFE/PE	04 e 05 Nov
17ª CSM, H Ge S e 6º D Sup	SALVADOR/BA	08 a 13 Nov
CRO/7	RECIFE/PE	16 a 18 Nov
Comdo 6ª RM e 18ª CSM	SALVADOR/BA E ILHÉUS/BA	22 a 27 Nov
72º BI Mtz e Obras CRO/7	PETROLINA/PE E SALGUEIRO/PE	29 Nov a 04 Dez
Comdo 7ª RM/7ª DE	RECIFE/PE	08 a 10 Dez

(Transcrito da Nota/B Infor nº 004-S/2-And, de 01 JUN 09)

Em consequência, os Ordenadores de Despesas e demais Agentes da Administração, tomem conhecimento e providências julgadas cabíveis.

h. Convênios

- Nada a considerar

2. Recomendações sobre Prazos

- Nada a considerar

3. Soluções de Consultas

a. Adicional de Habilitação

UG de Origem	Documento de Resposta
Comdo 1º Gpt E	Ofício Nº 198 – Asse Jur – 09 (A1/SEF), de 29 Mai 09.
ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:	
- A consulta versa sobre pagamento do adicional de habilitação no percentual de 16% do soldo.	
ONDE ENCONTRAR:	
- A matéria foi publicada no sítio: http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios/quadrof2009.htm	

b. Auxílio de Alimentação

UG de Origem	Documento de Resposta
Cmdo da 2ª RM	Of nº 036 – Asse Jur - 09 (A1/SEF), de 2 de fevereiro de 2009.
<u>ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:</u> - Orientação dos procedimentos a serem adotados em relação ao auxílio alimentação concedido aos delegados do serviço militar.	
<u>ONDE ENCONTRAR:</u> - A matéria foi publicada no sítio: http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios/quadrof2009.htm	

c. Retenção de encargos sociais

- Por tratar-se de assunto relevante e de interesse das UG vinculadas a esta Setorial Contábil, transcreve-se na íntegra o ofício abaixo:



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
11ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO
11ª ICFeX(EstbRegFin/11ª RM/1961)

Of nº 010 - S3/11ª ICFeX

Brasília – DF, 13 de abril de 2009.

Do: Chefe da 11ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército

Ao: Sr Subsecretário de Economia e Finanças

Assunto: retenção de encargos sociais

An: Fax Nr 07-SSec Lic, de 07 Abr 09, do Ch CRO/11

1. Versa o presente expediente sobre pedido de esclarecimento formulado pelo OD da CRO/11, referente à legalidade de retenção de INSS inserida no item 17.5 do Edital de Concorrência 001/09-CRO, cujo Objeto é a Reforma do edifício do Palácio do Planalto situado na Praça dos Três Poderes, em Brasília/DF.

2. A CRO/11 elaborou o Edital da Concorrência 001/09, incluindo no item 17.5 a previsão de retenção de 11% (onze por cento) do valor da Nota Fiscal. Em face ao disposto, a Empresa TERMOESTE S/A CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES peticionou questionamento referente à legalidade da retenção do encargo social, apontando a não aplicação do instituto da retenção para as contratações da Administração Pública, conforme a IN MPS SRP nº 03, de 14 Jul 05, com a nova redação dada pela IN MPS SRP nº 20, de 1 Jan 07.

3. Esta ICFeX, instada a se pronunciar sobre o conteúdo do item 17.5, do Edital da Concorrência 001/09-CRO, faz as seguintes considerações:

a. O item 17.5, do Edital da Concorrência 001/09-CRO, fez a seguinte previsão, *in verbis*:

“17.5. A CRO/11 reterá **11%** do valor bruto da Nota Fiscal e recolherá ao INSS, em nome da CONTRATADA, a título de **encargos sociais**. Poderão ser deduzidos do valor bruto da Nota Fiscal as despesas com material aplicado na obra, vale-transporte e alimentação in natura (IN/MPS/SRP nº 3, de 14 de julho de 2005).” [g.n]

b. Primeiramente, deve-se realizar uma análise cuidadosa no conteúdo do Edital, focando-se especialmente para a Modalidade de Licitação, o Tipo, o Objeto e as forma de execução da obra.

c. Segundo o Instrumento Convocatório, no item 1.1, a **modalidade** escolhida foi a Concorrência, do **tipo** menor preço, na **forma** execução indireta sob o **regime** de empreitada por preço global, cujo **objeto** é a Reforma do Palácio do Planalto, na Praça dos Três Poderes, Brasília/DF.

d. Atendo-se, pontualmente, na forma e no regime da Contratação do objeto, faz-se necessário apresentar algumas definições importantes que nortearão a análise do motivo ensejador do estudo:

1) **Empreitada**, de acordo com o art. 144, IN MPS/SRP Nr 3, de 14 Jul 05:

“Art. 144. Empreitada é a execução, contratualmente estabelecida, de tarefa, de **obra** ou de serviço, por preço ajustado, com ou sem fornecimento de material ou uso de equipamentos, que podem ou não ser utilizados, realizada nas dependências da empresa contratante, nas de terceiros ou nas da empresa contratada, tendo como objeto um resultado pretendido.” [g.n]

2) **Empreitada por preço global** é aquela utilizada quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total. Seu uso se verifica, geralmente, em contratações de objetos mais comuns, quando os quantitativos de materiais empregados são pouco sujeitos a alterações durante a execução da obra ou da prestação dos serviços e podem ser aferidos mais facilmente.¹

3) **Contrato de Empreitada e Contrato de Empreitada Total**, conforme art. 413, inciso XXVIII, da IN MPS/SRP Nr 3, de 14 Jul 05:

“XXVIII - contrato de construção civil ou **contrato de empreitada** (também conhecido como contrato de execução de obra, contrato de obra ou contrato de edificação), aquele celebrado entre o proprietário do imóvel, o incorporador, o dono da obra ou o condômino e uma empresa, para a execução de obra ou serviço de construção civil, no todo ou em parte, podendo ser:

a) **total**, quando celebrado exclusivamente com **empresa construtora, definida no inciso XX**, que assume a responsabilidade direta pela execução de todos os serviços necessários à realização da obra, compreendidos em todos os projetos a ela inerentes, com ou sem fornecimento de material;” [g.n]

4) **Empresa Construtora**, segundo o art. 413, inciso XX, da IN MPS/SRP Nr 3, de 14 Jul 05:

“XX - empresa construtora, a pessoa jurídica legalmente constituída, cujo **objeto social seja a indústria de construção civil**, com registro no CREA, na forma do art. 59 da Lei nº 5.194, de 1966;” [g.n]

e. Coerente com as definições acima apresentadas e o Objeto a ser contratado, o Edital de Licitação teve a intenção, salvo outro juízo, de estabelecer na Licitação:

- 1) Forma: **execução indireta**;
- 2) Regime: **empreitada por preço global**; e
- 3) Contrato: **empreitada total**.

f. Passando-se a estudar os fatos geradores para a retenção do INSS, tem-se o contido no art. 140, da IN MPS/SRP Nr 3, de 14 Jul 05:

“Art. 140. A empresa contratante de serviços prestados mediante cessão de mão-de-obra ou **empreitada**, inclusive em regime de trabalho temporário, a partir da competência fevereiro de 1999, deverá reter **onze por cento do valor bruto da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços e recolher à Previdência Social a importância retida**, em documento de arrecadação identificado com a denominação social e o CNPJ da empresa contratada, observado o disposto no art. 93 e no art. 172.” [g.n]

g. Na leitura isolada do artigo acima, não restaria dúvida quanto a obrigatoriedade da Administração Pública realizar a retenção dos encargos sociais, uma vez que se operaria o instituto da responsabilidade solidária sobre a contratante, além do que, o artigo não fez nenhuma distinção dos tipos de empreitada.

h. Contudo, o art. 176, inciso II, da IN MPS/SRP nº 3, de 14 Jul 05, com a nova redação dada pela IN MPS SRP nº 20, de 11 Jan 07, elidiu a aplicação do instituto da retenção à empreitada total, bem como a responsabilidade solidária dos Órgãos da Administração Pública:

“Art. 176. Não se aplica o instituto da retenção:
[...]

II - à **empreitada total**, conforme definida na alínea “a” do inciso XXVIII do caput e no § 1º, ambas do art. 413, aplicando-se, nesse caso, o instituto da solidariedade, conforme disposições previstas na Seção III do Capítulo X deste Título, observado o disposto no art. 191 e no **inciso IV do § 2º do art. 178**; (Nova redação dada pela [IN MPS SRP nº 20, de 11/01/2007](#))” [g.n]

i. A edição da IN MPS SRP 20, de 11/01/2007, excluiu a responsabilidade solidária da Administração Pública, não se aplicando o contido no art. 191, IN MPS SRP nº 03/05, conforme o inciso IV, do § 2º, do art. 178, da IN MPS SRP nº 03/05, *en litteris*:

“Art. 178. São solidariamente obrigadas as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação previdenciária principal e as expressamente designadas por lei como tal.

[..]

§ 2º **Excluem-se da responsabilidade solidária:**

[...]

IV - a partir de 21 de novembro 1986, as contribuições sociais previdenciárias decorrentes da contratação, qualquer que seja a forma, de **execução de obra de construção civil**, reforma ou acréscimo, efetuadas por **órgão público da administração direta**, por autarquia e por fundação de direito público. (Incluído pela [IN MPS SRP nº 20, de 11/01/2007](#))” [g.n]

j. Os órgãos públicos contratantes não são mais responsáveis solidários pelo recolhimento das contribuições previdenciárias devidas pelo construtor ou subempreiteiro, contratados para a realização de obras de construção, reforma ou acréscimo por empreitada total (empresa contratada assume a responsabilidade direta e total da obra) ou repasse integral do contrato. O que lhes exonera, também, da obrigação de efetuar a retenção do referido tributo no pagamento das faturas.

k. Consubstanciando o entendimento de que não é passível de retenção sob a empreitada total, a *contrario sensu*, está o art. 169, da IN MPS SRP nº 03/05:

“Art. 169. Na construção civil, **sujeita-se à retenção** de que trata o art. 140, observado o disposto no art. 172:

I - a prestação de serviços mediante **contrato de empreitada parcial**, conforme definição contida na alínea “b” do inciso XXVIII, do art. 413”

[g.n]

3. Fruto do estudo do caso apresentado pelo OD CRO/11 e análise da legislação acima apresentados, esta ICFEX conclui que, para os casos de empreitada total, cuja Empresa contratada se enquadre no inciso XX, do art. 413, da IN MPS SRP nº 3, de 14 Jul 05, não é passível a retenção de 11% (onze por cento) sobre o valor bruto do Objeto futuramente contratado, de acordo com o art. 176, da IN MPS/SRP nº 03/05.

4. Face ao acima exposto, remeto a V Exa o entendimento desta Inspeção sobre o caso concreto apresentado pelo OD da CRO/11 para fins de ratificação ou retificação.

JOÃO ALBERTO REDONDO SANTANA – Ten Cel
Chefe da 11ª ICFEx

EM RESPOSTA, A SEF EXPEDIU O SEGUINTE OFÍCIO:

Of nº 170-Asse Jur-09 (A1/SEF), de 29 de abril de 2009.

Do: Subsecretário de Economia e Finanças.

Ao: Chefe da 11ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército.

Assunto: retenção de encargos sociais.

1. Versa o presente expediente sobre pedido de esclarecimento formulado pelo OD da CRO/11, referente a legalidade de retenção de INSS inserida no item 17.5 do Edital de Concorrência 001/- 09-CRO, cujo Objeto é a Reforma do edifício do Palácio do Planalto, em Brasília, pedido este recebido por essa Setorial Contábil, que analisou o assunto.

2. Esta Secretaria recebeu, a mencionada consulta, para análise e emissão do seu entendimento sobre o assunto.

a. A CRO/11 elaborou o Edital de Concorrência 001/09, incluindo no item 17.5 a previsão de retenção de 11% (onze por cento) do valor da Nota Fiscal. Em face do disposto, a Empresa Termoeste S/A Construções e Instalações peticionou questionamento referente a legalidade da retenção do encargo social, apontando a não aplicação do instituto da retenção para as contratações da Administração Pública, conforme a IN MPS SRP nº 03, de 14 Jul 05, com a nova redação dada pela IN MPS SRP nº 20, de 01 Jan 07.

b. Esta ICFEx apresenta o seu entendimento, no sentido de que a legislação que rege a matéria é clara quando diz que não é passível de retenção de 11% sobre o valor do objeto contratado.

c. Esta Secretaria, concordando com o posicionamento dessa Setorial Contábil, entende que, realmente, a IN MPS SRP nº 03, de 14 Jul 05, devidamente retificada pela IN MPS SRP nº 20 de 11 Jan 07, decide pela não retenção dos 11% quando se trata de empreitada total.

3. Assim sendo, encaminho este expediente a essa Setorial Contábil para as providências decorrentes.

Gen Div MÁRCIO ROSENDO DE MELO
Subsecretário de Economia e Finanças

Em consequência, os Ordenadores de Despesas e demais Agentes da Administração, tomem conhecimento e providências julgadas cabíveis.

4. Atualização da Legislação, das Normas, dos Sistemas Corporativos e das Orientações para as Unidades Gestoras (UG).

a. Legislação e Atos Normativos

ASSUNTO	Onde Encontrar	Observações
- Instrução Normativa nº 02, de 22 de maio de 2009 (STN) – dispõe sobre Guia de Recolhimento da União - GRU, e dá outras providências. (MSG SIAFI 2009/0610133, de 29/05/09).	DOU nº 100, de 28 Mai 09	Tomar conhecimento

ASSUNTO	Onde Encontrar	Observações
- Portaria/AGU nº 690, de 20.05.2009 - dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos órgãos da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal na elaboração e celebração de Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta.	DOU de 2.05.2009, S. 1, p. 6	Tomar conhecimento
- Decreto nº 6.856, de 25.05.2009 - regulamenta o art. 206-A da Lei nº 8.112, de 11.12.1990 (Regime Jurídico Único), dispondo sobre os exames médicos periódicos de servidores.	DOU de 26.05.2009, S. 1, ps. 6 e 7	Tomar conhecimento
- LRF. Lei Complementar nº 131, de 27.05.2009 - acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	DOU de 28.05.2009, S. 1, p. 2	Tomar conhecimento
- GRU. Instrução Normativa/STN-MF nº 02, de 22.05.2009 - dispõe sobre a Guia de Recolhimento da União (GRU).	DOU de 28.05.2009, S. 1, ps. 69 a 71	Tomar conhecimento e atualizar procedimentos, importante para o Setor Financeiro

b. Orientações aos Agentes da Administração

Contratação de Serviços de Tecnologia da Informação - Transcrição Mensagem: 2009/0703487, de 22/06/09, da SEF

DO: SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

AOS: SENHORES CHEFES DE ICFEX

REF.: A. IN Nº 04 - SLTI/MPOG, DE 19 DE MAIO DE 2008.

B. ACÓRDÃO 2.471-TCU-PLENÁRIO, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2008.

C. PORTARIA Nº11-SLTI/MPOG, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2008.

D. OFÍCIO Nº 270 - A2. 11-CIRCULAR/DCT, DE 18 DE MAIO DE 2009.

E. OFÍCIO Nº 296-A2. 11-CIRCULAR/DCT, DE 02 DE JUNHO DE 2009; E

F. MSG SIAFI 2009/0204331-EME, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2009.

1. TENDO EM VISTA A RELEVÂNCIA DO ASSUNTO, ESTA SECRETARIA JULGA OPORTUNO ESCLARECER O SEGUINTE:

A. O DOCUMENTO DE REFERÊNCIA "A" TRATA DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, EM VIGOR A PARTIR DE 02 DE JANEIRO DE 2009, COM IMPLEMENTAÇÃO DE FORMA GRADUAL ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO DE 2009;

B. A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DEVE TER POR BASE O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PDTI);

C. O PDTI É UM INSTRUMENTO DE DIAGNÓSTICO, PLANEJAMENTO E GESTÃO DOS RECURSOS E PROCESSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO QUE VISA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE INFORMAÇÃO DE UM ÓRGÃO OU ENTIDADE PARA UM DETERMINADO PERÍODO;

D. O PRAZO PARA ELABORAÇÃO DO PDTI, REFERENTE AO PERÍODO DE 2010 A 2013 É ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2009;

E. A NECESSIDADE DE RECURSOS HUMANOS BEM COMO A PREVISÃO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL DEVEM CONSTAR DO PDTI, MAS NÃO SÃO REGIDOS PELA IN 04 SLTI/2008; E

F. A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DEVERÁ SER REALIZADA, A PRINCÍPIO, POR MEIO DE PREGÃO LETRÔNICO.

2. NO CASO DE CONTRATAÇÕES A SEREM REALIZADAS ANTES DA PLENA IMPLEMENTAÇÃO DA IN 04-SLTI/2008 E DA VIGÊNCIA DO PDTI, ESTA SECRETARIA RECOMENDA QUE, SEMPRE QUE POSSÍVEL, SEJAM ATENDIDAS AS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NOS DOCUMENTOS DA REFERÊNCIA DESTA MENSAGEM, DEVENDO SER DISPENSADA ESPECIAL ATENÇÃO QUANTO AOS ASPECTOS QUE SE SEQUEM.

- A. DEFINIÇÃO DO OBJETO.
- B. FUNDAMENTAÇÃO DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.
- C. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO INDISPENSÁVEIS À EXECUÇÃO DO OBJETO PRETENDIDO.
- D. GESTÃO DO CONTRATO.
- E. FISCALIZAÇÃO DO SERVIÇO.
- F. LEVANTAMENTO E ANÁLISE DE PREÇOS DE MERCADO.
- G. PROCESSO DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR.
- H. ALOCAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
- I. FASE INTERNA DA LICITAÇÃO EXECUTADA FORA DO SETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.
- J. ELABORAÇÃO DO EDITAL.
- K. MONITORAÇÃO TÉCNICA.
- L. AJUSTES NOS CONTRATOS.
- M. VERIFICAÇÕES NECESSÁRIAS ANTES DO PAGAMENTO.

3. CONSIDERANDO A IMPORTÂNCIA DE QUE SE REVESTE O ASSUNTO ORA TRATADO, SOLICITO A ESSA CHEFIA QUE A PRESENTE MENSAGEM SEJA OBJETO DE TOTAL TRANSCRIÇÃO NO BOLETIM INFORMATIVO DE JUNHO DE 2009, PARA CONHECIMENTO DE TODOS OS AGENTES DA ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES GESTORAS VINCULADAS.

BRASÍLIA - DF, 22 DE JUNHO DE 2009.

GEN DIV MARCIO ROSENDO DE MELO
SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

Em consequência, os Ordenadores de Despesas e demais Agentes da Administração, tomem conhecimento e providências julgadas cabíveis.

c. Mensagens COMUNICA:

MENSAGEM	EXPEDIDOR	ASSUNTO
SIAFI 2009/0617778	7ª ICFEx	Inidoneidade de Empresas
SIAFI 2009/0618306	7ª ICFEx	Publicação nova Instrução Bormativa-Guia de Recolhimento da União
SIAFI 2009/0624178	7ª ICFEx	Visita de Auditoria 2009
SIAFI 2009/0623599	7ª ICFEx	Equação 016 e 144 - CONCONTIR
SIAFI 2009/0623141	CPEX	Servidor Civil – Pensões - Orientações
SIAFI 2009/0638686	7ª ICFEx	Novo Tratamento Campo Inscrição 2 CPR
SIAFI 2009/0639635	7ª ICFEx	SISCUSTOS – Liquidação Ajuda de Custo/Insdnização Transporte
SIAFI 2009/0640800	SEF	Retransmissão da MSG 0639532 – SEF destinadas aos OD
SIAFI 2009/0646026	7ª ICFEx	Saldo Alongado na Conta Limite de Saque
SIAFI 2009/0671953	7ª ICFEx	Aleração nas OR AGT ADM/2009
SIAFI 2009/0671974	7ª ICFEx	Reunião Sistemática SGS/DGO
SIAFI 2009/0671989	7ª ICFEx	Recolhimento de Saldo de Limite de Saque
SIAFI 2009/0672008	7ª ICFEx	Conformidade de Gestão
SIAFI 2009/0672955	7ª ICFEx	Oficina de Combate a Cartéis em Licitação
SIAFI 2009/0673355	7ª ICFEx	Aleração nas OR AGT ADM/2009 – Corrção
SIAFI 2009/0683934	7ª ICFEx	Padronização CONCONTIR
SIAFI 2009/0725654	7ª ICFEx	Serviço de Tecnologia de Informação
SIASG 053251	DLSG/SLTI/MP	Comprovação de Viagem pelo CHECK-IN via Internet

Obs: Os documentos acima relacionados devem estar arquivados em ordem cronológica, com o visto do OD e do chefe da seção interessada.

4ª Parte – ASSUNTOS GERAIS

1. ANIVERSÁRIO DE OM

Esta chefia e os integrantes da 7ª ICFEx cumprimentam e formulam votos de felicidades e de continuado sucesso profissional aos Ordenadores de Despesas (OD) e integrantes das UG e, igualmente, aos Comandantes (Agentes Diretores – AD) e componentes das UA (vinculadas a uma UG), a seguir relacionadas, cujas datas de aniversário transcorreram ou transcorrerão nos meses de **julho** de 2009:

UG	LOCALIZAÇÃO	DATA
51º CTA	Salvador - BA	01 JUL
14º BI Mtz	Jaboatão dos Guararapes-PE	
31º BI Mtz	Campina Grande - PB	
35º BI	Feira de Santana - BA	05 JUL
72º BI Mtz	Petrolina - PE	
10ª Cia Gd	Fortaleza - CE	10 JUL
3º BE Cnst	Picos - PI	15 JUL
3º DL	Olinda - PE	16 JUL
H Ge R	Recife - PE	19 JUL
CMNE		24 JUL
7ª Cia Com		25 JUL
7º D Sup		26 JUL

2. Informações do tipo “Você sabia ...?”

a. que, de acordo com a Port Nr 90, de 24 de abril de 2009, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), foi instituído, no âmbito dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, o Sistema do Cartão de Pagamento (SCP), com o objetivo de detalhar a aplicação de suprimento de fundos concedido por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF)?

b. que, de acordo com a Mensagem Nr 2009/0513233, de 07 de maio de 2009, da SEF, estão revogadas as Notas Informativas do CPEx a seguir: Nr 292, de 18 Nov 99, 320, de 28 Ago 01, 322, de 08 Out 01, 326, de 31 Ago 04, 333, de 03 Ago 06 e 339, de 30 Jul 08?

c. que, a Diretoria de Assistência ao Pessoal (DAP) veicula um informativo mensal com os principais assuntos geradores de dúvidas por meio do endereço eletrônico <http://dap.dgp.eb.mil.br> (Msg SIAFI 2009/0249300 – DGP, de 2 mar 09) ;

d. que, conforme publicado no Boletim Regional nº 9, de 04 mar 2009, por ocasião da elaboração dos contratos de arrendamento, cessão e permissão de uso de imóveis, seja feita a inclusão obrigatória do contido na Lei Complementar nº 97/1999, particularmente em seu art 19, que apresenta as referências legais a Ministério ou Ministro de Estado da Marinha, Exército e Aeronáutica, que passam a ser entendidas como Comando ou Comandante dessas forças, respectivamente?

e. que, o CICS on-line é um Banco de Dados gerenciado pelo Centro Integrado de Telemática do Exército (CITEx) e Centro de Pagamento do Exército (CPEx) para transmissão de arquivos de pagamento de pessoal da UG e que, por medida de segurança e orientação do CPEx, o CITEx só tem realizado o cadastramento do OD da UG?

f. que, antes de encaminhar consultas sobre direitos remuneratórios a esta Inspeção, a UG deverá consultar a página da intranet da Assessoria Jurídica da SEF-A1, no endereço <http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios.htm>, verificando se já não existe um posicionamento firmado por aquela Secretaria sobre o tema que estará sendo consultado?

g. que, a listagem de empresas inidôneas a licitar com a Administração Pública pode ser acessada por meio do seguinte endereço eletrônico? <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis/empresasinidoneas.asp>;

h. que, a listagem de empresas impedidas e/ou suspensas de licitar com a Administração Pública pode ser acessada por meio do seguinte endereço eletrônico?
<http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis/empresasimpedidassuspensas.asp>;

i. que, conforme Decisão s/n, de 15 Maio 2009, publicada no DOU 92, de 18 Maio 2009, a CGU instaurou processo administrativo para eventual declaração de inidoneidade das seguintes empresas:

- Construtora Gautama Ltda;
- Habra Engenharia Indústria e Comércio Ltda;
- Atlanta Ltda; e
- Vértice Engenharia e Comércio Ltda.

j. que, a UG que necessitar recolher limite de saque (numerário) à D Cont deve solicitar autorização à mesma por meio de mensagem comunica, na qual deve constar obrigatoriamente o motivo do recolhimento, o nr da Nota de Sistema (NS), o Plano Interno (PI) e o valor e nr da Programação Financeira (PF) que originou o recurso?

k. que, a UG deve aguardar as orientações da D Cont para a devolução (Msg SIAFI 2009/0168276 – SEF, de 5 fev 09)?

l. que, as liquidações no CPR (no SIAFI) para todas as Organizações Cíveis de Saúde (OCS) e Profissionais de Saúde Autônomos (PSA) deverão utilizar o Centro de Custo (CC) 04301 – Atendimento por OCS/PSA?

m. que, deve ser desconsiderada a orientação de liquidar as despesas com OCS e PSA com o código 999 ou outros CC anteriormente existentes (MSG SIAFI 2009/0244000 – D Cont, de 27 fev 09)?

n. que, a existência de saldo na conta SUBREPASSE diferido afeta a conta de cota a receber da D Cont, impedindo o repasse de limite de saque pelo Ministério da Defesa;

o. que buscando a melhoria dos processos e a melhor comunicação entre a D Cont e as Organizações Militares que são responsáveis pela alimentação do SISCUSTOS, conforme Portaria nº 932-Cmt Ex, de 19 Dez 07, aquela Diretoria, por intermédio da Msg 2009/0494492-D Cont, de 04/05/09, disponibilizou um *forum* de discussões sobre o SISCUSTOS no seguinte endereço da intranet: <http://dcont.sef.eb.mil.br/siscustos> (todas em minúsculas). Em consequência, solicito aos Sr OD que divulguem essa informação no âmbito de sua OM e suas vinculadas?

p. que a Msg 2009/0570640-DGO, de 21/05/09, informou que todas as solicitações de crédito sem sub-repasse (fonte par/recursos próprios) deverão ser remetidos somente orçamentária (167086-Fundo do Exército), a fim de permitir a análise e o possível atendimento.

q. que só é possível efetivar contratações diretas (dispensa ou inexigibilidade) após comprovação da compatibilidade dos preços praticados com os do mercado, mediante pesquisa de mercado (Acórdão 713/2009-Plenário-TCU)?

7ª ICFEx	Continuação do B Info Nº 06, de 30 de junho de 2009	Pág 19	
-----------------	--	---------------	--

r. que, a pesquisa de mercado, bem como toda a documentação que deu suporte à formação do preço estimado pela Administração direta (Acórdão 663/2009-Plenário-TCU)?

s. que, a UG participante extraordinária (“carona”) deverá, antes de solicitar participação em uma Ata de Registro de Preços, comprovar que o registrado ainda encontra-se compatível com aqueles praticados regional ou localmente (Dec nº 3931/2001)?

t. que, para acessar o SIPEO os militares responsáveis pela conformidade de operadores deverão entrar no módulo conformidade da página da DIORPA: www2.dgp.eb.mil.br-execução- e realizar a conformidade dos operadores para que as senhas sejam liberadas?

u. que, caso o cadastrador que não possua a senha e a solicitou à DIORPA, deverá acessar o sistema com a senha padrão: usuário – nome de guerra, senha-três primeiras letras do primeiro nome caso não seja o nome de guerra e os cinco primeiros números da identidade? (MSG SIAFI nº 2009/0608260- DIORPA/DGP)

RUBENS MARTINS NETO – Ten Cel
Chefe da 7ª ICFEx

7ª ICFEx	Continuação do B Info Nº 06, de 30 de junho de 2009	Pág 20	
----------	---	--------	--

Anexo “A”

AJUDA DE CUSTO OU DIÁRIA – DEFINIÇÃO DE CASOS – UNIFORMIZAÇÃO DE TESE

(Transcrição do Of nº 191 – Asse Jur – 09, (A/1 – SEF), de 27 maio 09)

“Brasília, 27 de maio de 2009.

Do Secretário de Economia e Finanças

Ao Sr Chefe da 4ª ICFEx

Assunto: ajuda de custo

Ref: Of nº 022-S1, de 12 maio 09.

Anexo: - Despacho Decisório nº 005/MD, dje 03 abr 09;
 - Of nº 3983/GABINETE, de 07 abr 09, do Ch Gab do Ministro da Defesa

1. Versa o presente expediente sobre ajuda de custo.

2. Visando à solução da presente consulta, é fundamental realizar um breve resgate dos fatos que lhe dizem respeito, à luz dos documentos trazidos a lume.

a. Em 23 abr 09, o Cap SÉRGIO DE SOUZA VILLARES, do 1º Esquadrão de Cavalaria Leve (1º Esq Cav L) apresentou recurso contra decisão administrativa que lhe concedeu diárias durante o período em que freqüentou o Estágio de Operações Aeromóveis para Oficiais, à luz do Parecer nº 200-CONJUR/MD, de 25 set 08, quando o correto, segundo seu entendimento, seria o pagamento de ajuda de custo. Para fundamentar sua irrisignação, o referido militar apontou que tal documento teria desconsiderado o conceito de diária, estabelecendo regramento equivocado para afastamentos da sede superiores a quinze dias.

b. Pronunciando-se sobre o assunto, essa Setorial recordou que o aludido Parecer nº 200-CONJUR/MD, de 2008, aprovado pelo Ministro da Defesa por meio do Despacho Decisório nº 002/ MD, de 12 jan 09, tornou-se, a partir de então, de observância obrigatória e vinculante no seio das Forças Armadas, tendo até mesmo sido publicado em Boletim Informativo dessa ICFEx, conforme determinação desta Secretaria.

c. Não obstante, ressaltou essa Inspetoria que a Diretoria de Controle de Efetivos e Movimentações do Departamento-Geral do Pessoal (DCEM/DGP) adotou entendimento diametralmente oposto ao do MD, conforme exposto na Mensagem SIAFI 2009/0537719, de 13 maio 09.

d. Diante desse conflito de orientações, essa Setorial considerou que razão assistiria ao DGP, mas que, o Exército não poderia ignorar a decisão emanada do órgão ministerial. Por essa razão, solicitou esclarecimentos à SEF sobre qual procedimento a ser adotado.

3. A questão deve ser analisada à luz dos aspectos jurídicos que lhe emprestam suporte.

a. É preciso esclarecer, por fundamental, que o Parecer nº 200-CONJUR/MD, de 2008, deixou de ostentar força vinculante, nos termos do Despacho Decisório nº 005/MD, de 03 abr 09, do Ministro da Defesa, que reviu o Despacho Decisório nº 002/MD, de 2008, nesse aspecto. Tal documento foi, na realidade encaminhado ao Chefe do Gabinete do Comandante do Exército em 07 de abril de 2009, por meio do Of nº 3983/GABINETE, do Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Defesa.

b. Significa dizer, portanto, que a demanda solucionada pelo Parecer nº 200-CONJUR/MD, de 2008, resolveu-se em si mesma, não atingindo outras situações que não a do próprio caso concreto lá tratado. Dessa maneira, questões que versem sobre interpretações acerca de pagamento de ajuda de custo ou diária não precisam, necessariamente, ser resolvidas à luz do entendimento exposto pela CONJUR/MD naquele caso.

c. Sendo assim, é válido acatar a orientação procedente do DGP sobre a questão em pauta, sem qualquer receio de se estar atentando contra o entendimento emanado pelo MD, ou seja, o estabelecido na Mensagem SIAFI 2009/0537719, de 13 maio 09.

4. Nesses termos, remeto o presente expediente a essa Inspeção, para conhecimento e adoção de providências cabíveis.

Gen Div MARCIO ROSENDO DE MELO
Subsecretário de Economia e Finanças”

Anexo “B”**AJUDA DE CUSTO OU DIÁRIA – DEFINIÇÃO DE CASOS – UNIFORMIZAÇÃO DE TESE****(Transcrição da Msg SIAFI nº 2009/0537719 - DGP, de 13 maio 09)****“DO SUBDIRETOR DA DCEM****AO SR ORDENADOR DE DESPESAS****ASSUNTO: ROTINA PARA PAGAMENTO DE AJUDA DE CUSTO**

ROTINA PARA PAGAMENTO DE AJUDA DE CUSTO AOS MILITARES QUE TENHAM RECEBIDO DIÁRIAS PARA REALIZAÇÃO DE CURSO COM PERÍODO SUPERIOR A 15 DIAS.

AS OM DEVEM VERIFICAR AS SEGUINTESS PREMISSAS:

1. RECOLHIMENTO, VIA GRU PARA AS RM, DOS VALORES REFERENTES ÀS DIÁRIAS RECEBIDAS PELO MILITAR PARA A REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO/CURSO;

2. PAGAMENTO DA AJUDA DE CUSTO A QUE FAZ JUS O MILITAR, SOMENTE APÓS O RECOLHIMENTO PREVISTO NO ITEM (1), PODENDO A OM REALIZAR O PAGAMENTO PARCIAL DESSE VALOR EM (02) OB, UMA NO VALOR A SER RECOLHIDO REFERENTE ÀS DIÁRIAS RECEBIDAS PELO MILITAR E OUTRA NO VALOR DA DIFERENÇA ENTRE A AJUDA DE CUSTO E O VALOR RECOLHIDO. ESSA SISTEMÁTICA TEM POR FINALIDADE PROPORCIONAR SALDO EM C/C DO MILITAR, DE MODO QUE ELE POSSA REALIZAR AS DEVOLUÇÕES DOS VALORES DE DIÁRIAS RECEBIDAS;

3. PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO DE PASSAGEM, DESDE QUE O MILITAR NÃO TENHA SIDO CONTEMPLADO COM A REQUISIÇÃO DO TRANSPORTE, QUANDO DO SEU DESLOCA MENTO;

4. NÃO HAVER DUPLICIDADE DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS/AJUDA DE CUSTO OU INDENIZAÇÃO/REQUISIÇÃO DE PASSAGENS;

5. OS VALORES RECOLHIDOS VIA GRU, PERTECEM À RM QUE EFETUOU O PAGAMENTO DAS DIÁRIAS; E

6. CABE À RM EFETUAR O ACOMPANHAMENTO DOS VALORES QUE LHE SÃO DEVIDOS,

ORIENTANDO AS OM QUANTO À CONTA CONTÁBIL, AOS CÓDIGOS E DEMAIS INFORMAÇÕES JULGADAS PERTINENTES, QUANDO DA REALIZAÇÃO DAS CONFORMIDADES. CASO ESTA OM NÃO TENHA MILITARES INCLUÍDOS NA SITUAÇÃO ACIMA, SOLICITO DESCONSIDERAR ESTA MENSAGEM.

ANTONIO PEREIRA RIPPEL JUNIOR - CEL
SUBDIRETOR DA DCEM”

Em consequência, os Ordenadores de Despesas e demais Agentes da Administração, das UG vinculadas a esta Setorial Contábil, tomem conhecimento e providências julgadas cabíveis.

Anexo “C”

Julgados do TCU de maior interesse para as UG publicados em maio de 2009

- Assunto: **CONTRATO. DOU de 14.05.2009**, S. 1, p. 90. Ementa: determinação ... para que se abstenha de fazer liquidações, pagamentos, apostilamentos ou aditamentos em contratos cuja vigência já tenha expirado (item 1.5.1.2, TC-017.426/2008-0, Acórdão nº 2.261/2009-2ª Câmara). A propósito, lembramos ... que a Orientação Normativa/AGU nº 3, de 01.04.2009 (DOU de 07.04.2009, S. 1, p. 13) dispõe: “Na análise dos processos relativos à prorrogação de prazo, cumpre aos órgãos jurídicos verificar se não há extrapolação do atual prazo de vigência, bem como eventual ocorrência de solução de continuidade nos aditivos precedentes, hipóteses que configuram a extinção do ajuste, impedindo a sua prorrogação”.

- Assuntos: **CONTRATOS e LICITAÇÕES. DOU de 14.05.2009**, S. 1, p. 93. Ementa: determinação ... para que se abstenha de incluir, nos editais, cláusula que condicione a participação no certame ou a celebração do contrato respectivo à quitação de dívida perante a instituição promotora da licitação (item 1.5.1, TC-019.787/2008-0, Acórdão nº 2.275/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **COMPRASNET. DOU de 14.05.2009**, S. 1, p. 93. Ementa: determinação ... para que, em pregões eletrônicos, eleja os quesitos fundamentais que devam constar da descrição detalhada do campo do COMPRASNET, quando esta se demonstrar extensa, a fim de evitar a apresentação de propostas incompletas (por falta de espaço no referido campo para indicação de todos os itens técnicos do Edital e/ou do Termo de Referência), gerando questionamentos evitáveis (item 1.5.1.1, TC-033.713/2008-7, Acórdão nº 2.279/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **PREGÃO ELETRÔNICO. DOU de 14.05.2009**, S. 1, p. 93. Ementa: determinação ... para que, na análise das propostas e dos recursos em pregões eletrônicos, busque sempre adotar a solução que permita a maior participação de interessados, sem olvidar da segurança da contratação, em conformidade com o art. 5º do Decreto nº 5.450/2005 (item 1.5.1.2, TC-033.713/2008-7, Acórdão nº 2.279/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **PREGÃO ELETRÔNICO. DOU de 14.05.2009**, S. 1, p. 93. Ementa: determinação ... para que, em pregões eletrônicos, informe nos editais as formas alternativas de os licitantes ingressarem com recursos fora do sistema eletrônico, caso a intenção de recurso pedido seja rejeitada ou mesmo na eventualidade de problemas técnicos (item 1.5.1.3, TC-033.713/2008-7, Acórdão nº 2.279/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **PREGÃO ELETRÔNICO. DOU de 14.05.2009**, S. 1, p. 93. Ementa: determinação ... para que, ao proceder à homologação de pregão eletrônico, faça constar do despacho homologatório, a apreciação de todos os recursos interpostos, ainda que com intenção de recurso rejeitada no sistema, bem como as respectivas motivações, quando for o caso (item 1.5.1.4, TC-033.713/2008-7, Acórdão nº 2.279/2009-2ª Câmara).

- Assuntos: **DIÁRIAS e EVENTO. DOU de 14.05.2009**, S. 1, p. 94. Ementa: determinação ... para que, nos processos de concessão de diárias, não se limite à juntada de documentos referentes aos locais e inícios dos eventos, mas faça constar também justificativas expressas quanto à necessidade de deslocamento iniciado na sexta-feira, bem como quando incluir sábado, domingo ou feriados (item 1.4.1.1, TC-017.847/2008-1, Acórdão nº 2.281/2009-2ª Câmara).

- Assuntos: **SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES e SUPRIMENTO DE FUNDOS. DOU de 14.05.2009**, S. 1, p. 105. Ementa: determinação ... para que evite que o responsável pela concessão do Suprimento de Fundos seja o próprio suprido (item 1.5.1.1, TC-019.977/2008-5, Acórdão nº 2373/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **CONTRATOS. DOU de 14.05.2009**, S. 1, p. 94. Ementa: determinação ... para que, no tocante a aditamentos contratuais que importem em aumento de quantitativos de serviços ou inclusão de serviços inicialmente não previstos (Sic), observe que as referidas alterações somente poderão ser executadas após a formalização do correspondente termo aditivo, tendo em vista o disposto no art. 60, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993 (item 1.4.1.2, TC-017.847/2008-1, Acórdão 2.281/2009-2ª Câmara). Cabe trazer à lembrança que recente determinação da mesma 2ª Câmara que se abstivesse de promover alterações contratuais com fundamento no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993 para acrescentar obras, serviços ou compras não contemplados no objeto inicialmente contratado (item 1.5.1.8, TC-020.165/2007-5, Acórdão nº 1.736/2009-2ª Câmara, DOU de 17.04.2009, S. 1, p. 106).

- Assunto: **ENCARGOS SOCIAIS. DOU de 14.05.2009**, S. 1, p. 103. Ementa: determinação ... para que, nas licitações, a teor da Súmula/TCU nº 222 (“As Decisões do Tribunal de Contas da União, relativas à aplicação de normas gerais de licitação, sobre as quais cabe privativamente à União legislar, devem ser acatadas pelos administradores dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”), atenda ao preceito de que cabe ao particular, nas hipóteses em que a lei não definir objetivamente patamares mínimos para cotação de encargos sociais, a decisão acerca do preço que pode suportar, no entendimento de que a inexequibilidade de proposta deva ser adotada de forma restrita, a fim de não prejudicar a obtenção de condições mais vantajosas para a Administração, sem olvidar, contudo, do exercício do seu poder-dever de verificar o correto recolhimento desses encargos sociais pela empresa contratada a cada pagamento a ela realizado (item 1.5.1, TC-025.717/2008-1, Acórdão nº 2.364/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **REGISTRO DE PREÇOS. DOU de 14.05.2009**, S. 1, p. 110. Ementa: determinação ... para que não autorize eventuais pedidos de adesão a uma ata de pregão de 2008, haja vista a exigência de Carta de Solidariedade do fabricante como condição de habilitação, em afronta ao disposto nos artigos 3º, I, e 30 da Lei nº 8.666/1993, c/c os artigos 9º e 14 do Decreto nº 5.450/2005 (item 9.3.3, TC-032.471/2008-0, Acórdão nº 2.404/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **COMPRASNET. DOU de 14.05.2009**, S. 1, p. 110. Ementa: recomendação ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para que disponibilize os editais no portal COMPRASNET, mesmo após o encerramento das licitações, em atendimento ao princípio da publicidade e, também, a fim de facilitar o acompanhamento de licitações, tanto por parte dos órgãos de controle, quanto por quaisquer interessados (item 9.4, TC-032.471/2008-0, Acórdão nº 2.404/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **REGULARIDADE FISCAL. DOU de 22.05.2009**, S. 1, p. 128. Ementa: determinação ... para que, ao efetuar aquisição de bens e contratação de serviços por meio de dispensa ou inexigibilidade de licitação, exija dos fornecedores as certidões de regularidades fiscais relativas ao INSS e ao FGTS, em obediência aos artigos 27, IV, e 29, IV, da Lei nº 8.666/1993, ao art. 195, § 3º, da CF, e ao constante nas Decisões de nºs 1.241/2002-Plenário e 1.708/2003-Plenário (alínea “a”, item 1.5, TC-015.563/2006-3, Acórdão nº 2.387/2009-1ª Câmara).

- Assunto: **CONTRATOS. DOU de 22.05.2009**, S. 1, p. 128. Ementa: determinação ... para que, ao celebrar contratos administrativos, fazer menção que se rege pela Lei nº 8.666/1993, devendo constar as cláusulas necessárias nela previstas, em observância aos arts. 55 a 57, destacando-se o ato que autorizou a lavratura; número do processo; crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional-programática e da categoria econômica; reconhecimento dos direitos da contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93 e vinculação ao termo que dispensou a licitação; além disso, observar que não é cabível celebração de contrato por prazo indeterminado, por contrariar o disposto no art. 57, § 3º, da referida Lei, devendo ainda atentar para a fiel elaboração do extrato de dispensa e para o correto montante da despesa alocada, que deve obedecer à estimativa dos gastos no período previsto para a contratação (alínea “j”, item 1.5, TC-015.563/2006-3, Acórdão nº 2.387/2009-1ª Câmara).

- Assunto: **CONTRATOS. DOU de 22.05.2009**, S. 1, p. 128. Ementa: determinação ... para que, ao efetuar prorrogações de contratos, certifique-se de que elas estejam devidamente justificadas e precedidas de ampla pesquisa de preços, em cumprimento ao art. 57, inc. II e § 2º, da Lei nº 8.666/1993 (alínea "m", TC-015.563/2006-3, Acórdão nº 2.387/2009-1ª Câmara).

- Assunto: **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. DOU de 22.05.2009**, S. 1, p. 131. Ementa: determinação ... para que restrinja a inexigibilidade fundamentada no inc. I do art. 25, da Lei nº 8.666/1993, somente para os casos de compras, não devendo ser abrangidos, portanto, serviços (item 1.5.1.1, TC-003.052/2008-6, Acórdão nº 2.416/2009-1ª Câmara).

- Assunto: **PAGAMENTO ANTECIPADO. DOU de 22.05.2009**, S. 1, p. 132. Ementa: determinação ... para que se abstenha de incluir, nos contratos, cláusulas que prevejam pagamento antecipado, admitindo-se tal procedimento somente quando houver a devida justificativa e visar exclusivamente à sensível economia de recursos, com as indispensáveis e suficientes garantias de ressarcimento ao erário, em obediência ao disposto no art. 62 da Lei nº 4.320/1964 e art. 38 do Decreto nº 93.872/1986 (item 1.5.1, TC-018.662/2007-3, Acórdão nº 2.427/2009-1ª Câmara).

- Assunto: **MARCA. DOU de 22.05.2009**, S. 1, p. 137. Ementa: determinação ... para que se abstenha da indicação de marcas: a) a fim de não restringir o caráter competitivo do certame e, na eventual necessidade de indicação de marcas como parâmetro de qualidade, diante de justificativas técnicas circunstanciadas, faça constar expressamente do edital e demais documentos da licitação a aceitação de objeto "similar", "equivalente" ou "de qualidade igual ou superior"; b) quando da realização de certames licitatórios para a aquisição de bens de informática, a não ser quando legalmente possível e estritamente necessária para atendimento das exigências de uniformização e padronização, sempre mediante justificativa prévia, em processo administrativo regular, no qual fiquem comprovados os mencionados requisitos, em obediência ao princípios da isonomia e da competitividade (itens 1.5.1.6 e 1.5.1.7, TC- 015.618/2007-1, Acórdão nº 2.470/2009-1ª Câmara).

- Assunto: **FUNDAÇÃO DE APOIO. DOU de 22.05.2009**, S. 1, p. 163. Ementa: determinação ... para que se abstenha de celebrar, renovar ou aditar os contratos firmados com fundações de apoio que não se amoldem às prescrições da Lei nº 8.958/1994, especialmente quando configurada a contratação indireta de obras, aquisição de bens e serviços, atividades de manutenção ou que o contrato não esteja diretamente vinculado a projeto com prazo de conclusão e produto bem determinados, sendo vedada a contratação de atividades continuadas e de objeto genérico (item 1.5.1.7, TC-019.781/2007-9, Acórdão nº 2.461/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **LICITAÇÕES. DOU de 22.05.2009**, S. 1, p. 165. Ementa: determinação ... para que se abstenha de utilizar regra restritiva de natureza formal e de pouca relevância, como parâmetro para inabilitação de empresas em seus certames licitatórios, considerando que o ordenamento jurídico regular da licitação não prestigia decisão assumida por uma comissão de pregão amplo de 2009 que inabilitou empresa com base em falha formal inteiramente sanável por meio do dispositivo previsto no § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/1993 (item 1.5.1, TC-009.715/2009-6, Acórdão nº 2.472/2009-2ª Câmara).

(Transcrito do BINFO nº 05 da 12ª ICFEx, de 29 MAI 09)

Anexo “D”

MANUAL DE REGULARIZAÇÕES CONTÁBEIS

MENSAGEM SIAFI: 2009/0672973 – SEF, de 15/JUN/09

DO: SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

AOS: SENHORES CHEFES DE ICFEX

REF: MENSAGEM SIAFI 2009/0660524-CCONT/STN, DE 10 DE JUNHO DE 2009.

1. INFORMO AOS CHEFES DE ICFEX QUE DE ACORDO COM O DOCUMENTO DA REFERÊNCIA, A COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTABILIDADE DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - CCONT/STN DISPONIBILIZOU, NO MANUAL SIAFI WEB, A MACROFUNÇÃO 02.10.06 - MANUAL DE REGULARIZAÇÕES CONTÁBEIS (ÚLTIMA MODIFICAÇÃO EM 101646JUN09).

2. O MANUAL ESTÁ ORGANIZADO EM 07 (SETE) PARTES BÁSICAS, TRATANDO RESPECTIVAMENTE DE CONCONTIR, SPIUNET, FOLHA DE PAGAMENTOS, GRU, SUPRIMENTO DE FUNDOS, CONVÊNIOS E CANCELAMENTOS DE OBRIGAÇÕES; E TEM O OBJETIVO DE CONSOLIDAR OS PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS PELAS UNIDADES GESTORAS (UG) NA REGULARIZAÇÃO DE INCONSISTÊNCIAS CONTÁBEIS, BEM COMO PELAS SETORIAIS CONTÁBEIS (ICFEX) NA ORIENTAÇÃO DE SUAS UG VINCULADAS, NESSE PROCESSO DE REGULAMENTAÇÃO.

3. UMA DAS BASES PARA ESSA VERIFICAÇÃO DEVEM SER AS INFORMAÇÕES OBTIDAS ATRAVÉS DA ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS E AUDITORES CONTÁBEIS, CONSTANTE NA **MACROFUNÇÃO 02.10.03**.

4. AS PRINCIPAIS TRANSAÇÕES PARA IDENTIFICAR AS IRREGULARIDADES SÃO >CONCONTIR (CONSULTA CONTAS A REGULARIZAR), >CONINCONS (CONSULTA INCONSISTÊNCIA OUTROS) E >BALANCETE (BALANCETE CONTÁBIL) - QUE SINALIZAM A PRESENÇA DE INCONSISTÊNCIA NAS INFORMAÇÕES, DEVENDO SER OBSERVADOS OS PRAZOS PARA REGULARIZAÇÃO EM CADA CASO.

5. NO MANUAL ESTÃO LISTADAS SITUAÇÕES REFERENTES A "SALDOS INDEVIDOS", "VALORES A CLASSIFICAR", "UTILIZAÇÃO INADEQUADA DE EVENTOS E OUTRAS", COM A ORIENTAÇÃO PARA A SUA DEVIDA REGULARIZAÇÃO. A DESCRIÇÃO DESSAS SITUAÇÕES NÃO TEM A INTENÇÃO DE ESGOTAR AS POSSIBILIDADES DE INCONSISTÊNCIAS QUE PODEM SER OBSERVADAS NAS INFORMAÇÕES, MAS TÃO SOMENTE SERVIR DE GUIA PARA ORIENTAR O TRABALHO DE REGULARIZAÇÃO COM RELAÇÃO A ERROS FREQUENTES OU OUTROS COM IMPACTO DIRETO NOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS.

6. INFORMO, AINDA, AOS CHEFES DE ICFEX QUE NO FINAL DO EXERCÍCIO FINANCEIRO, ALÉM DAS REGRAS DE REGULARIZAÇÃO DESCRITAS NO MANUAL - VOLTADAS PARA O ACOMPANHAMENTO MENSAL DAS INFORMAÇÕES E O CONSEQUENTE REGISTRO DA CONFORMIDADE CONTÁBIL MENSAL PELAS ICFEX - DEVERÃO SER OBSERVADAS AS VERIFICAÇÕES E REGULARIZAÇÕES DESCRITAS NA NORMA DE ENCERRAMENTO ANUAL, **MACROFUNÇÃO 02.03.18**.

BRASÍLIA - DF, 15 DE JUNHO DE 2009.

GEN DIV MARCIO ROSENDO DE MELO
SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

Em consequência, os Ordenadores de Despesas e demais Agentes da Administração, das UG vinculadas a esta Setorial Contábil, tomem conhecimento e providências julgadas cabíveis.